

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900,

Fone: (11) 2171-6506, São Paulo-SP - E-mail: sp2falencias@tjsp.jus.br

**CONCLUSÃO**

Em 06 de agosto de 2020 faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, Dr. MARCELO BARBOSA SACRAMONE. Eu, Marina Minoso Martins, Assistente Judiciário, *subscrevi*.

**DECISÃO**

Processo nº: **1113802-23.2018.8.26.0100**  
 Classe - Assunto: **Recuperação Judicial - Concurso de Credores**  
 Requerente: **Epc Distribuidora de Veículos Ltda. e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **MARCELO BARBOSA SACRAMONE**

Vistos.

**Fls. 38.991/38.996: Última decisão.**

**Fls. 38.947/38.952 e 38.953/38.957:** Os pedidos aduzidos por Fábio Abreu Lopes e Danielle da Silva Bernardes, revelam-se verdadeiras impugnações de crédito trabalhista, contudo, em razão do quanto exposto pela Administradora Judicial em sua manifestação de fls. 39.582/39.593, intime-se os Impugnantes na pessoa de sua patrona Dra. Silene Vieira de Lima, OAB/SP nº 343.436 para que conheça dos pareceres contábeis juntados às fls. 32.979 e 36.249 do presente feito.

Outrossim, havendo discordância quanto aos valores apurados nos referidos pareceres, deverá ser a questão controvertida discutida em incidente próprio nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei 11.101/2005.

**Fls. 38.958/38.985:** Ciência aos interessados sobre a resposta ao ofício encaminhado pela Administradora Judicial à 3ª Vara do Trabalho de Niterói.

**Fls. 38.988/38.989:** Esclareçam as Recuperandas em 48 horas, se os valores discutidos nos autos de nº 0000114-29.2004.8.19.0022 em trâmite perante Vara Única de Engenheiro Paulo Frontin/RJ, estão sujeitos aos efeitos da Recuperação Judicial.

**Fls. 39.003/39.006, 39.007/39.010, 39.011/39.014, 39.086/39.071, 39.092/39.097 e 39.098/39.103:** Ciência às Recuperandas e demais interessados sobre os conflitos positivos suscitados, bem como do envio dos ofícios às Varas Obreiras Suscitadas.

**Fls. 39.007/39.010:** Apreciado no item 10 (envio do CC ao STJ).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900,  
Fone: (11) 2171-6506, São Paulo-SP - E-mail: sp2falencias@tjsp.jus.br

**Fls. 39.011/39.014:** Apreciado no item 10 (envio do CC ao STJ).

**Fls. 37.287/38.741, 38.870/38.878, 39.015/39.025, 39.104/39.111 e 39.112/39.122:**

Às fls. **37.287/38.741** a Administradora Judicial informou que restou aprovado em Assembleia Geral de Credores em 2ª Convocação, realizada em 15/07/2020, o Aditivo ao Plano de Recuperação Judicial juntado às fls. 37.319/37.343, ressaltando (i) a existência de ressalvas ao aditivo ao plano; (ii) ter havido credores optantes naquele ato; (iii) a colheita de voto em cenários distintos, cujo cômputo não alterou o resultado da votação; (iv) os pleitos e manifestações da Dra. Kelly Cristina de Oliveira Zandonato e demais patronos, tendo tudo sido juntado aos autos como documentos que guarneceram a Ata da Assembleia Geral de Credores.

Às fls. **38.870/38.878**, as Recuperandas requereram a homologação do PRJ, momento em que igualmente refutaram as alegações apresentadas pela Dra. Kelly Cristina de Oliveira Zandonato, especialmente sobre a inexistência de provas quanto às alegações, consignando que tal discussão deveria ocorrer em incidente próprio, se o caso. O que até a presente data não foi proposto pelos interessados.

Às fls. **39.015/39.025** o Dr. Sidney Graciano Franze, na condição de sócio do Escritório De Lacerda, impugnou as alegações da Dra. Kelly Cristina de Oliveira Zandonato, juntando Ata Notarial elaborada pelo 1º Ofício de Notas do Rio de Janeiro, com fito de corroborar todas as suas afirmações e demonstrar a inexistência de coação, tampouco defesa de interesse das Recuperandas, mas sim dos próprios clientes, outorgantes de procuração.

Às fls. **39.104/39.111**, o Ministério Público teceu comentários relativos as cláusulas 12.3, entendendo pela supressão da expressão “preferência” existentes nas cláusulas 8.1.3, 8.1.4.1 e 8.1.5.1. e pugnando pela a declaração de nulidade da cláusula 12.6, do aditivo ao plano de recuperação judicial, e, manifestando seu entendimento quanto a inexistência de nulidade nas propostas de pagamento aos credores trabalhistas. Informou ainda que, da análise da documentação juntada pela patrona Kelly Cristina de Oliveira Zandonato, não se observam elementos de prova capazes de demonstrar a ocorrência dos fatos por ela narrados, consignado entretanto que, havendo prova hábil a demonstrar as condutas narradas, faz-se possível a instauração de incidente específico ou inquérito policial para a apuração de eventual ato delitivo nos termos da legislação falimentar.

Sendo estas as considerações necessárias a respeito dos fatos ocorridos na assembleia que aprovou o aditivo ao plano de recuperação judicial e suas peculiaridades.

Às fls. **39.112/39.122** a pretexto de juntar nova procuração aos autos a Dra. Kelly



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900,  
Fone: (11) 2171-6506, São Paulo-SP - E-mail: sp2falencias@tjsp.jus.br

Zandonato, impugnou a petição acostada aos autos às fls. 39.015/39.025 pelo patrono Sidney Graciano Franze requerendo esclarecimentos da Administradora Judicial quanto ao contrato de prestação de serviços do firmado entre as Recuperandas e o escritório De Lacerda, buscando rememorar todos os fatos ocorridos em assembleia.

**É o relatório. Decido.**

*Ab initio* necessário trazer luz aos eventos acima narrados pela Dra. Kelly Cristina de Oliveira Zandonato, amparados na publicidade conferida pela Administradora Judicial acerca do ocorrido no ato assemblear, tendo sido as declarações vergastadas pelas Recuperandas, e objeto de análise pela D. Promotoria de Justiça, que repisou o quanto decidido às fls. 24.786/24.791, por entender aquele Órgão não haver elementos de prova capazes de demonstrar a ocorrência dos fatos narrados.

Note-se, portanto, que, não restou comprovado o vício na declaração de vontade dos outorgantes, razão pelo qual reputo válidas as procurações guerreadas, bem como os efeitos que produziram. Contudo, como também ressalvado pelo Ministério Público, havendo prova hábil a demonstrar as condutas delitivas narradas, faz-se possível, a qualquer tempo, instauração de incidente específico para sua apuração, nos termos da legislação falimentar, o que poderá resultar no reconhecimento da invalidade da deliberação e nas devidas sanções cíveis e criminais.

Superada referida questão, passa-se a análise quanto à aprovação do aditivo ao plano ocorrida em assembleia.

Segundo manifestação da Administradora Judicial, a assembleia geral de credores instalada e realizada em 2ª convocação deliberou e aprovou aditivo ao plano de recuperação judicial, inclusive, considerando dois cenários alternativos, quais sejam, (i) computando-se as abstenções do Sr. Luiz Paulo dos Santos (classe I) e Marli Alves (classe I e III) e (ii) o voto contrário de DEMI (classe III), sendo certo que o resultado do ato assemblear não se alterou, conforme quórum estabelecido no art. 45 da LRJF.

De mesma sorte, a Lei 11.101/05, optou por conferir aos credores a apreciação e a decisão quanto à viabilidade econômica do plano para reestruturar o devedor inadimplente, não podendo haver ingerência do magistrado no tocante a seu mérito.

Sendo esta a posição adotada pelo C. Superior Tribunal de Justiça:

*RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ASSEMBLEIA GERAL DE CREDITORES. APROVAÇÃO DO PLANO. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. CONCESSÃO DE PRAZOS E DESCONTOS. POSSIBILIDADE. 1. Recuperação judicial requerida em 4/4/2011. Recurso especial interposto em*


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO PAULO**
**FORO CENTRAL CÍVEL**
**2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS**

 Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900,  
 Fone: (11) 2171-6506, São Paulo-SP - E-mail: sp2falencias@tjsp.jus.br

31/7/2015. 2. *O propósito recursal é verificar se o plano de recuperação judicial apresentado pelas recorrentes - aprovado pela assembleia geral de credores e homologado pelo juízo de primeiro grau - apresenta ilegalidade passível de ensejar a decretação de sua nulidade e, conseqüentemente, autorizar a convalidação do processo de soerguimento em falência.* 3. *O plano de recuperação judicial, aprovado em assembleia pela vontade dos credores nos termos exigidos pela legislação de regência, possui índole marcadamente contratual. Como corolário, ao juízo competente não é dado imiscuir-se nas especificidades do conteúdo econômico do acordo estipulado entre devedor e credores.* 4. *Para a validade das deliberações tomadas em assembleia acerca do plano de soerguimento apresentado, o que se exige é que todas as classes de credores aprovem a proposta enviada, observados os quóruns fixados nos incisos do art. 45 da LFRE.* 5. *A concessão de prazos e descontos para pagamento dos créditos novados insere-se dentre as tratativas negociais passíveis de deliberação pelo devedor e pelos credores quando da discussão assemblear sobre o plano de recuperação apresentado, respeitado o disposto no art. 54 da LFRE quanto aos créditos trabalhistas.* 6. *Cuidando-se de hipótese em que houve a aprovação do plano pela assembleia de credores e não tendo sido apontadas, no acórdão recorrido, quaisquer ilegalidades decorrentes da inobservância de disposições específicas da LFRE (sobretudo quanto às regras dos arts. 45 e 54), deve ser acolhida a pretensão recursal das empresas recuperandas.* 7. *Recurso especial provido. (REsp 1631762/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 25/06/2018).*

Corroborando tal entendimento tem-se a edição do Enunciado 46 da 1ª Jornada de Direito Comercial CJP/STJ, que dispõe: 46. *Não compete ao juiz deixar de conceder a recuperação judicial ou de homologar a extrajudicial com fundamento na análise econômico-financeira do plano de recuperação aprovado pelos credores.*

Assim, ao judiciário, cumpre nos termos do Enunciado 44, editado na mesma oportunidade supramencionada o controle de legalidade do plano de recuperação judicial. (Enunciado 44. *A homologação de plano de recuperação judicial aprovado pelos credores está sujeita ao controle de legalidade.*).

Sendo, portanto, competente o Juízo onde se processa a recuperação judicial para realizar o controle de legalidade do plano de recuperação judicial e seus aditivos e, nos termos do Enunciado 44 retro citado, ser imprescindível sua realização para enfim homologar-se o PRJ e seus aditivos, passo a sua realização.

**a. Conteúdo das cláusulas 8.1.3, 8.1.4.1 e 8.1.5.1 do aditivo:**

Manifestou-se o Ilmo. Representante do *Parquet* por suprimir-se das referidas cláusulas a palavra “preferência”, por entender que esta seria capaz de trazer a interpretação equivocada de que o pagamento de determinados credores estaria condicionado ao pagamento de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900,

Fone: (11) 2171-6506, São Paulo-SP - E-mail: sp2falencias@tjsp.jus.br

quem fez opção com maior antecedência, violando assim a isonomia entre os credores.

Compreensível a preocupação exposta pelo MP, contudo, diverge este Juízo do referido entendimento, por entender que a palavra “preferência” empregada nas cláusulas em voga apenas faz referência à ordem cronológica para adesão à determinada forma de pagamento, e não ao momento da realização de seu pagamento.

Entretanto, verifico que o aditivo ao plano juntado às fls. 37.319/37.343 não contempla referida menção em razão de haver sido alterado em assembleia, alterando-se o verbete ora impugnado para *pro rata*, garantindo-se a equidade entre os credores.

**b. Cláusula 12.3 do aditivo ao plano:**

Na hipótese, a referida cláusula prevê a extinção de todas as execuções judiciais em curso ajuizadas em face das Recuperandas, seus controladores, suas controladas, coligadas, afiliadas e outras sociedades pertencentes ao mesmo grupo societário ou econômico, bem como a extinção de todas as penhoras e/ou constrições existentes.

Por afetar direito do credor em face de devedores não sujeitos à recuperação judicial, a maioria não poderia submeter a vontade da minoria em virtude de não integrarem a mesma comunhão de interesses. Em suma, como os interesses são diversos, seria exigido manifestação do credor com a concordância ao aditivo ao plano de recuperação judicial, a menos que tenha ressalvado a cláusula. Aos demais, a cláusula é considerada ineficaz.

Neste sentido, tem-se a **Súmula 61 do TJSP**, pela qual “[n]a *recuperação judicial*, a *supressão da garantia ou sua substituição somente será admitida mediante aprovação expressa do titular*”, bem como da **Súmula 581, do C. STJ**, na qual é dito “*A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória*”.

Assim, referida cláusula não é nula, devendo produzir seus efeitos nos moldes acima balizados mas apenas em face dos credores que expressamente concordaram.

**c. Cláusula 12.6 do aditivo ao plano:**

Foi apontada igualmente irregularidade da referida cláusula, por entender o MP que qualquer alteração no plano de recuperação judicial deverá ser precedida de análise judicial e aceitação dos credores.

A cláusula deve ser considerada ilegal. A maioria não poderá evitar a convolação



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900,

Fone: (11) 2171-6506, São Paulo-SP - E-mail: sp2falencias@tjsp.jus.br

em falência por descumprimento do plano de recuperação judicial. Eventual renúncia ao crédito deverá ser feita individualmente com cada um dos credores.

**d. Cláusula 13.1 do aditivo:**

A cláusula da margem à dúvida quanto ao quórum. Nesse sentido, o aditamento é construção jurisprudencial possível desde que respeitados os quóruns para a aprovação do plano de recuperação judicial, e não o quórum mínimo previsto na assembleia, como aparenta trazer a cláusula.

Nesse sentido, a cláusula deve ser entendida nesse sentido.

**e. Recolhimento de Tributos e/ou adesão ao parcelamento próprio:**

Para que ocorra a homologação do aditivo, cumpria às Recuperandas juntarem as certidões negativas de débitos tributários, conforme exige o art. 57 da LRF. Contudo, essa exigência não pode levar, automaticamente, à decretação da falência.

Isso porque, segundo o sistema vigente, o devedor em recuperação judicial deveria apresentar certidões negativas de débitos fiscais ou comprovar o parcelamento dos débitos tributários, nos termos de lei específica a ser editada conforme art. 68 da LRF, como condição para a concessão da recuperação judicial.

À falta de lei sobre o parcelamento especial, o Código Tributário Nacional fora alterado para, em seu art. 155-A, prever que a inexistência da lei específica sobre o parcelamento dos créditos tributários do devedor em recuperação judicial importaria a aplicação das leis gerais de parcelamento do ente da Federação ao devedor em recuperação judicial.

Todavia, a jurisprudência fora, durante todo o período, majoritária quanto à não aplicação da exigência de parcelamento dos créditos fiscais aos pedidos distribuídos antes da lei que dispunha sobre o parcelamento dos débitos tributários durante a recuperação de empresas. A justificativa a tanto sedimentava-se muito mais na exigência de preservação da empresa em crise do que na míngua de legislação especial a qual, como alterado pelo CTN, era dispensável.

A Lei nº 13.043/14 entrou em vigor em novembro de 2014, anteriormente, portanto, ao ajuizamento da presente recuperação judicial.

Como já ocorria antes da Lei e conforme posicionou-se a jurisprudência, diante da relevante finalidade social da lei de preservação da empresa, dos empregos e da atividade

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900,  
Fone: (11) 2171-6506, São Paulo-SP - E-mail: sp2falencias@tjsp.jus.br

econômica, a doutrina e a jurisprudência têm dispensado a apresentação de certidões negativas de débitos fiscais ou de parcelamento especial para a concessão da recuperação judicial.

Desta forma, como já restou decidido anteriormente às fls. 26.596/26.609, a exigência da CND ou do parcelamento deve ser dispensada.

Embora o crédito tributário não se sujeite ao plano de recuperação e não se exija a CND ou o parcelamento fiscal, as execuções fiscais não ficarão sobrestadas pelo processamento da recuperação judicial e os bens indispensáveis ao plano poderão ser penhorados e poderão comprometer a própria recuperação judicial.

Ao Juiz da Recuperação Judicial caberá apreciar apenas a menor onerosidade às Recuperandas.

**Contudo, até que a recuperanda apresente qualquer forma de equalização do crédito tributário e que obtenha a concordância do Fisco, determino a proibição de alienação de qualquer ativo integrante do seu ativo permanente. A providência é determinada em razão da proibição, inclusive criminal, de fraude contra credores.**

A legislação foi expressa ao exigir a necessidade de parcelamento e ou de satisfação do crédito tributário inclusive para a concessão da recuperação judicial. Ainda que a jurisprudência tenha mitigado a regra, por uma questão de proporcionalidade, não se pode permitir que o credor seja lesado.

Não pode a recuperanda reduzir seu patrimônio e escolher quais credores satisfazer em detrimento dos credores não sujeitos à recuperação judicial e que, portanto, além de terem sido priorizados pela legislação, não foram ouvidos no conclave. Não se pode permitir que a recuperação judicial seja utilizada, por via transversa, para subverter a ordem e o risco de pagamento dos credores em eventual falência.

**OFICIE-SE ÀS FAZENDAS COM CÓPIA DESSA DECISÃO.**

**CLÁUSULA 7 - PAGAMENTO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS**

O plano de recuperação judicial prevê o pagamento dos credores trabalhistas com 95% de desconto a vista, em 50% do valor em oito parcelas mensais a partir de outubro de 2020 ou 100% em até 4 anos.

O devedor, nesse ponto, utiliza de subterfúgio para afrontar lei imperativa e que determina que o pagamento dos credores deve ocorrer em até 12 meses. Isso porque, caso esse juiz anule a cláusula nesse ponto, prejudicaria efetivamente o credor trabalhista que contaria com maior percentual e a quem a lei efetivamente tentou proteger.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900,  
Fone: (11) 2171-6506, São Paulo-SP - E-mail: sp2falencias@tjsp.jus.br

O crédito trabalhista, na legislação, tem a proteção absolutamente priorizada. Nesse sentido, há verdadeira afronta à legislação a cláusula que permite o pagamento de seus créditos em período de 4 anos.

Referida consideração é ainda mais acentuada quando se verifica que o devedor previu o pagamento de créditos quirografários e, portanto, menos privilegiados, mesmo durante o pagamento dos créditos trabalhistas.

Logo, considerando que o plano prevê o pagamento da primeira prestação dos credores quirografários em período de até um ano da concessão da recuperação judicial, credores menos privilegiados, e diante da proteção da Lei, não se poderia impor o pagamento dos referidos credores trabalhistas em afronta ao período de 12 meses, ou com desconto, para a satisfação desses credores menos privilegiados.

Destaco que a jurisprudência tem entendimento de que o crédito trabalhista pode ser satisfeito com deságio. O que não se pode aceitar, contudo, é que o credor trabalhista seja satisfeito em período posteriormente ao que é permitido pela legislação bem como com desconto a ponto de se permitir a satisfação de créditos menos privilegiados.

Como se previu possibilidade de pagar o passivo quirografário, imprescindível que se satisfaça integralmente os créditos privilegiados antes disso.

**Nesse sentido, e como forma de se evitar a imediata anulação da assembleia geral de credores, determino que a opção B dos credores trabalhistas deve ser reduzida para abordar como forma de pagamento 100% do valor do passivo trabalhista, com pagamento até o vencimento da primeira parcela do crédito quirografário, o que, no caso, determinou-se no plano que seja em até um ano, e desde que nenhum crédito menos privilegiado seja satisfeito até que os credores trabalhistas sejam integralmente pagos.**

Em face do exposto, **HOMOLOGO** o aditivo ao plano de recuperação judicial de fls. **37.319/37.343**, nos parâmetros e com as ressalvas determinadas acima.

**CONSIGNO**, ainda, que, nos termos do aditivo ao plano homologado, os pagamentos deverão ser efetuados pelas Recuperandas **diretamente aos credores**, que **deverão informar sua opção de pagamento e seus dados bancários diretamente às Recuperandas**, no endereço eletrônico **creditosrjshc@gruposhc.com.br**, com cópia para o e-mail da recuperação **gruposhc2vfrj@gmail.com**, para fiscalização da Administradora Judicial, ficando vedado, desde já, quaisquer depósitos relativos a pagamento de credores nos autos.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900,  
Fone: (11) 2171-6506, São Paulo-SP - E-mail: sp2falencias@tjsp.jus.br

**Fls. 39.026/39.040, 39.138/39.144, Fls. 39.168/39.184, 39.185/39.189:** Petições de Terezinha Lopes de Oliveira, Glacy Marlene Lago Neta, Sebastião Alves, Isabôr Bastos de Souza, postulando a habilitação de seus créditos, que embora concursais, não possuem natureza trabalhista, sendo, portanto, a via eleita incorreta. Assim, os credores quirografários, deverão habilitar seus créditos nos exatos termos do que disciplina o §5º do art. 10 da Lei 11.101/2005, processando-se a impugnação na forma dos artigos 13 a 15 da mesma Lei, observando ainda o Comunicado CG nº 219/2018 disponibilizado no DJE em 05/02/2018, que determina a distribuição das habilitações/impugnações de crédito POR DEPENDÊNCIA ao processo principal, por intermédio de peticionamento eletrônico INICIAL. Verificando ainda que, no momento da distribuição, deverão os peticionantes se atentar ao preenchimento completo das partes, incluindo, além dos dados dos requerentes, o nome das Recuperandas como requeridas.

**Fls. 39.085, 39.123/39.126, 39.129/39.131:** Repise-se o quanto dito alhures no presente feito, sobre o fato de que a opção de pagamento e os dados bancários devem ser enviados diretamente às Recuperandas no endereço eletrônico [creditosrjshc@gruposhc.com.br](mailto:creditosrjshc@gruposhc.com.br), copiando no e-mail o endereço eletrônico [gruposhc2vfrj@gmail.com](mailto:gruposhc2vfrj@gmail.com), para fiscalização da Administradora Judicial.

**Fls. 39.112/39.122:** Regularize a patrona do Sr. Marcos Maciel de Oliveira sua representação processual, uma vez que o instrumento juntado se refere a pessoa diversa, bem como o documento juntado. Ademais, dê-se ciência quanto a Proposta de Honorários (Recuperandas e De Lacerda) juntada pela Administradora Judicial como documento 2 em sua manifestação de fls. 39.582/39.593

**Fls. 39.127/39.128:** Desnecessária a comprovação nos autos, exceto em caso de descumprimento do plano pelas Recuperandas sob a alegação de não possuírem os dados bancários.

**Fls. 39.132/39.137:** Ciência aos interessados sobre as contas demonstrativas juntadas pelas Recuperandas, relativas ao mês de junho de 2020.

**Fls. 39.145/39.155, 39.156/39.166, 39.365/39.574, 39.576/39.577:** Em razão da regularização documental, concedo a gratuidade. Certifique a Z. Serventia a anotação dos dados dos patronos.

**Fls. 39.190/39.192:** Providencie a Z. Serventia a intimação da Administradora Judicial naqueles autos. Registro por oportuno que os valores serão pagos na forma do aditivo ao plano de recuperação judicial homologado.

**Fls. 39.193/39.364:** Ciência às Recuperandas, aos credores e aos demais

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Salas 1813/1815 - 18º andar, Centro - CEP 01501-900,  
Fone: (11) 2171-6506, São Paulo-SP - E-mail: sp2falencias@tjsp.jus.br

interessados quanto ao Vigésimo Relatório Mensal de Atividades (período de 29/06/2020 a 31/07/2020), juntado pela Administradora Judicial às fls. 39.193/39.364. Ademais, dê-se ciência aos credores trabalhistas que habilitaram seus créditos nos autos principais até 20/07/2020, para que busquem às fls. 39.315/39.320, os pareceres contábeis relativos a seus créditos. Sobre referidos pareceres poderão os titulares de seus créditos apresentar manifestação em 5 dias. Havendo discordância quanto aos valores apurados, será a controvérsia remetida para solução em incidente próprio. Não havendo impugnação, o crédito será inscrito em definitivo na prévia do quadro geral de credores, conforme apurado pela Administradora Judicial.

**Fls. 39.575:** Ciente o Juízo.

**Fls. 39.578/39.581:** Em razão da regularização processual, anote a Z. Serventia os dados dos patronos.

**Fls. 39.582/39.593:** Manifestação da Administradora Judicial saneando o feito e versando sobre questões já contempladas no curso desta decisão, requerendo a autorização para a criação de incidente próprio para juntada das procurações que lhe foram enviadas em atendimento ao § 4º do art. 37 da LRJF.

Autorizo sua criação, devendo neste mesmo incidente serem juntadas eventuais provas de quaisquer atos delitivos relativos a este tema, nos termos retro decididos. Intime-se as Recuperanda, credores e demais interessados sobre a manifestação em tela.

Int.

São Paulo, 06 de agosto de 2020.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**